



SERVIÇO DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO – DSI

O SEU BOLETIM INFORMATIVO

INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do *Diário da Justiça no período de
01 a 30 de novembro para cadastro na base da Biblioteca

**DIÁRIO DA JUSTIÇA

Edição nº 7502/2022 - Quinta-feira, 1 de Dezembro de 2022. [Clique aqui](#)

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 -Acrescenta dispositivos à Resolução nº 21, de 5 de dezembro de 2018, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que regulamenta a realização de julgamento de processos no segundo grau de jurisdição por meio eletrônico utilizando a ferramenta do Plenário Virtual.

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 -Regulamenta o funcionamento do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 -Regulamenta a tramitação dos Recursos Extraordinários e Especiais para realização de juízo prévio de admissibilidade no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará por meio da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE).

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre o Programa de Formação e Atuação dos(as) servidores(as) do Poder Judiciário do Estado do Pará em métodos autocompositivos - Programa Servidor(a) Amigo(a) da Pacificação.

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 -Altera a Resolução nº 14, de 16 de março de 1994, que instituiu a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.



RESOLUÇÃO nº 27, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 - Instala a Vara de Crimes contra Criança e Adolescente da Comarca de Ananindeua e altera as Resoluções nº 22, de 14 de novembro de 2012, e nº 26, de 26 de novembro de 2014, modificando a denominação e a competência da 4ª e da 5ª Vara Criminal de Ananindeua.

RESOLUÇÃO nº 28, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 - Altera a Resolução nº 26, de 26 de novembro de 2014, para especializar e modificar a denominação da 3ª Vara Criminal da Comarca de Marabá e suprime os crimes de trânsito da competência da 1ª Vara Criminal da Comarca de Marabá.

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 - Altera a Resolução nº 5, de 19 de junho de 2019, que regulamenta a remoção de servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará.

EMENDA REGIMENTAL Nº 26, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 - Altera o texto do art. 42 e acrescenta a Seção VI ao Capítulo V do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, regulamentando a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC).

EMENDA REGIMENTAL Nº 27, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 - Altera dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará que regem o Incidente de Assunção de Competência e dispõe sobre a revisão de teses firmadas em processos que versem sobre precedentes judiciais qualificados.

EMENDA REGIMENTAL Nº 28, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 - Altera a redação do art. 140-A, caput e §§ 2º e 3º, e revoga o inciso III do § 11 do art. 140 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Edição nº 7505/2022 - Terça-feira, 6 de Dezembro de 2022. [Clique aqui](#)

PORTARIA nº 4685/2022-GP, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022 - Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAA 2023, do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Edição nº 7506/2022 - Quarta-feira, 7 de Dezembro de 2022. [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 4753/2022-GP, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 - CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução nº 244/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que autorizou os Tribunais de Justiça dos Estados a suspender o expediente forense no período de 20 de dezembro a 06 de janeiro, desde que garantido o atendimento aos casos urgentes, novos ou em curso, através de sistema de plantões.

PORTARIA Nº 4754/2022-GP. Belém, 06 de dezembro de 2022 - Art. 1º DETERMINAR que, no período de janeiro a dezembro de 2023, não haverá expediente no Poder Judiciário do Estado do Pará nas datas definidas como feriados nacionais, estaduais e pontos facultativos, relacionadas no anexo I.

Edição nº 7507/2022 - Segunda-feira, 12 de Dezembro de 2022. [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 4753/2022-GP, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022. *Republicada por retificação - CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução nº 244/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que autorizou os Tribunais de Justiça dos Estados a suspender o expediente forense no período de 20 de dezembro a 06 de janeiro, desde que garantido o atendimento aos casos urgentes, novos ou em curso, através de sistema de plantões.

PORTARIA Nº 4777/2022-GP, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022 - Regulamenta o procedimento administrativo para indenização de férias e conversão em pecúnia de licenças-prêmio não gozadas de servidores, do Estado do Pará, previstas na Lei Estadual nº 9.754, de 6 de dezembro de 2022.

Edição nº 7512/2022 - Segunda-feira, 19 de Dezembro de 2022. [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 4917/2022-GP. Belém, 16 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre a atualização monetária do valor da taxa judiciária, das custas judiciais e das despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 11/2022 - CGJ - Dispõe sobre a atualização monetária das Tabelas de Emolumentos anexas à Lei Estadual nº 8.331, de 29 de dezembro de 2015, e suas alterações posteriores e dá outras providências.





LEGISLAÇÃO SELECIONADA

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

No 35.211 Terça-feira, 06 DE DEZEMBRO DE 2022. Edição Extra. [Clique aqui](#)

LEI No 9.746, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 -Institui o Dia Estadual de Conscientização da Apraxia de Fala na Infância (AFI), no Estado do Pará.

LEI No 9.751, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 -Altera e acrescenta dispositivos à Lei Estadual no 5.739, de 09 de fevereiro de 1993, que cria o Fundo de Investimento de Segurança Pública (FISP).

DECRETO No 2.804, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 -Regulamenta o poder de polícia administrativa ambiental para apuração das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente no Estado do Pará e revoga o Decreto Estadual no 552, de 17 de fevereiro de 2020.

No 35.213 Quarta-feira, 07 DE DEZEMBRO DE 2022. Edição Extra. [Clique aqui](#)

LEI No 9.753, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022- Altera a Lei Estadual no 9.496, de 11 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa despesa para o exercício financeiro de 2022.

LEI No 9.754, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 -Dispõe sobre a antecipação da conversão em pecúnia de férias e de licença -prêmio de servidores e servidoras do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Nº 35.222 Sexta-feira, 16 DE DEZEMBRO DE 2022. Edição Extra. [Clique aqui](#)

LEI Nº 9.759, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022 -Altera dispositivos da Lei Estadual no 6.634, de 29 de março de 2004, e da Lei Estadual no 8.667, de 4 de julho de 2018.

LEI Nº 9.760, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022 - Autoriza o Estado do Pará a indenizar as sociedades empresárias prestadoras de serviço público de transporte urbano que isentarem a tarifa aos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

LEI Nº 9.761, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre a vedação de homenagens a pessoas que tenham praticado atos de racismo, no Estado do Pará.

DECRETO Nº 2.819, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022 - Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel situado na Rua Antônio Barreto, no 1.176, bairro Umarizal, no Município de Belém, Estado do Pará, destinado a abrigar a futura sede da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará.



LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei Complementar nº 197, de 6.12.2022 - Altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, e a Lei nº 14.029, de 28 de julho de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.471, de 6.12.2022 - Inscreve o nome do Imperial Marinheiro Marcílio Dias no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.472, de 6.12.2022 - Institui o dia 13 de julho como o Dia Nacional da Música e Viola Caipira. [Clique aqui](#)

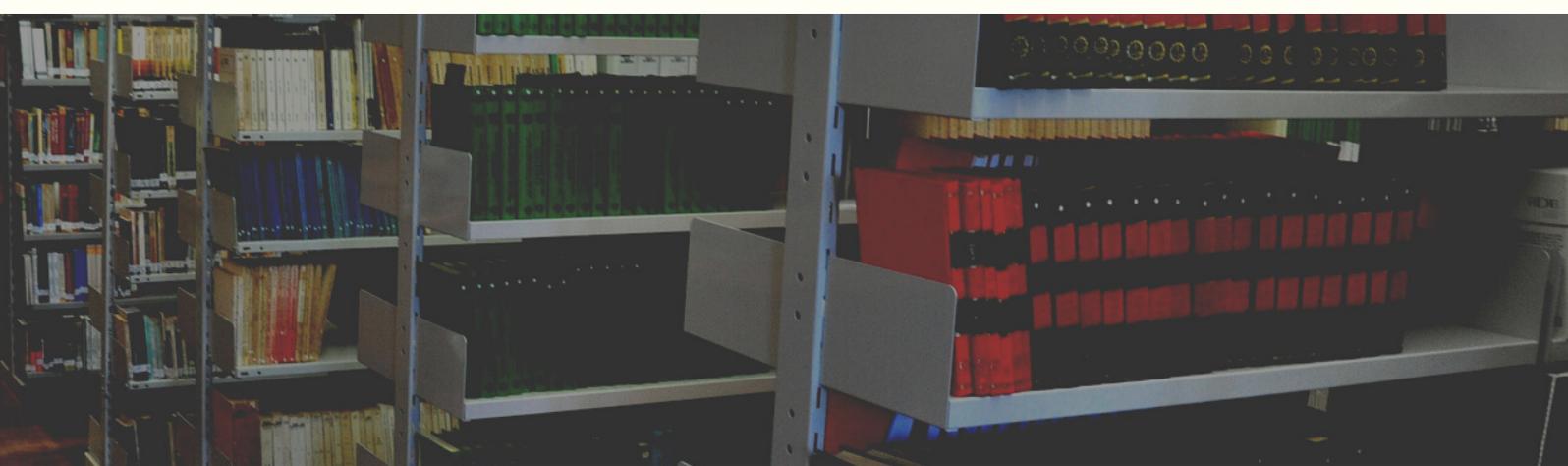
Lei nº 14.474, de 6.12.2022 - Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para modificar a forma de reajuste das receitas patrimoniais da União decorrentes da atualização da planta de valores e desburocratizar procedimentos de alienação e registro de imóveis da União, as Leis nºs 11.483, de 31 de maio de 2007, e 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e os Decretos-Lei nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para dispor sobre as hipóteses em que se aplica o prazo de transferência de imóveis, e 9.760, de 5 de setembro de 1946, para dispor sobre regras de demarcação de terrenos de marinha; e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Decreto nº 11.277, de 8.12.2022 - Cria a Ordem do Mérito Princesa Isabel. [Clique aqui](#)

Medida Provisória nº 1.143, de 12.12.2022 - Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.475, de 13.12.2022 - Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão para ampliação da eficiência na aplicação de recursos e insumos de produção, de forma a diminuir o desperdício, reduzir os custos de produção e aumentar a produtividade e a lucratividade, bem como garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica. [Clique aqui](#)





NOTÍCIAS SELECIONADAS

MPPA

MPPA requer interdição progressiva de Aterro Sanitário devido à poluição ambiental. [Leia mais](#)

MPPA promove palestra com o tema "Igualdade é diferente de Equidade". [Leia mais](#)

ALEPA

Deputados da Comissão de Estudos ouvem recomendações para o transporte fluvial no Pará. [Leia mais](#)

Aprovado PL que declara de especial interesse social comunidades remanescentes de Serra Pelada. [Leia mais](#)

STF

Delegação de competência para julgamento de processos administrativos é questionada no STF. [Leia mais](#)

Regra de transição para adaptação à Lei de Crimes Ambientais vale para empreendimentos anteriores. [Leia mais](#)

Nova página da repercussão geral entra no ar com mais informações e visual mais acessível. [Leia mais](#)

STJ

Terceira Turma afasta inalienabilidade que causava mais prejuízo do que benefício aos donatários de imóvel. [Leia mais](#)

Empresa que apenas vendeu a passagem não responde solidariamente pelo extravio da bagagem. [Leia mais](#)

Jurisprudência em Teses ganha novo visual e mais praticidade na busca. [Leia mais](#)

A inclusão formalizada: a acessibilidade se torna um dos valores institucionais do STJ. [Leia mais](#)

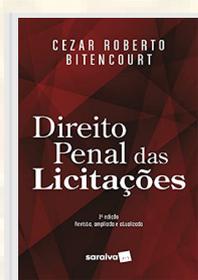
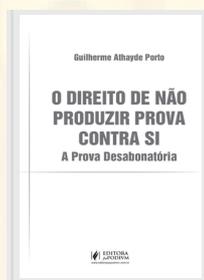
JURISPRUDÊNCIA : Informativo destaca limites entre Lei de Execução Penal e Lei de Drogas. [Leia mais](#)



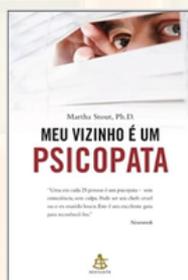


OBRAS DISPONÍVEIS NO ACERVO DA BIBLIOTECA

ACERVO JURÍDICO



ACERVO PROJETO LEITURA LIVRE

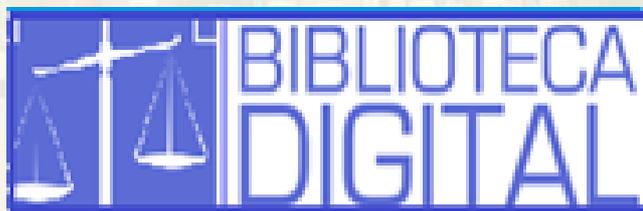


PUBLICAÇÃO INSTITUCIONAL



ACERVO DIGITAL

BIBLIOTECA DIGITAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (BDTJPA)



PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO JURÍDICO



REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE / BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE³



ACESSE O SITE DA BIBLIOTECA, NO PORTAL INTERNO/EXTERNO, CLIQUE NA ABA BIBLIOTECA DIGITAL





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



Biblioteca
Desembargador
ANTÔNIO KOURY

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização:

Serviço de Referência Bibliográfica
Josiane Neves – Analista Judiciário / Bibliotecária

Revisão:

Elaine Ribeiro – Chefe da Divisão de Biblioteca
Felicidade de Fátima Silva- Assistente - DDI

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

EDIÇÃO DE DEZEMBRO DE 2022